

RECURSO ESPECIAL Nº 1.744.370 - MT (2018/0129134-6)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : BANCO VOLVO (BRASIL) S/A
ADVOGADO : FABÍOLA BORGES DE MESQUITA E OUTRO(S) - MT023926
RECORRIDO : RODORAPIDO TRANSPORTES LTDA
ADVOGADOS : ANTÔNIO FRANGE JÚNIOR E OUTRO(S) - MT006218
VERONICA LAURA DE CAMPOS LATHUILLIERE - MT007950

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. NECESSIDADE DE PRORROGAÇÃO DO *STAY PERIOD*. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem registra a necessidade de prorrogação do stay period (período de blindagem) da empresa recuperanda, ora recorrida, tendo em vista que esta vem cumprindo as obrigações assumidas e não deu causa à demora na conclusão dos trabalhos inerentes à recuperação. A reforma do aresto, nestes aspectos, demanda inegável necessidade de reexame de matéria fático-probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. *"É assente a orientação jurisprudencial da Segunda Seção desta Corte no sentido de admitir a prorrogação do prazo de que trata o artigo 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial), o qual determina a suspensão do curso da prescrição, bem como de todas as ações e execuções em face do devedor pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, consoante as peculiaridades do caso concreto."* (AgInt no AREsp 1356729/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 11/10/2019)

3. O dissídio jurisprudencial não foi demonstrado nos moldes regimentais, o que impede o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional.

4. Recurso especial não provido.

DECISÃO

1. Trata-se de recurso especial interposto por BANCO VOLVO (BRASIL) S/A, com fulcro no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PERÍODO DE BLINDAGEM – PRORROGAÇÃO – POSSIBILIDADE – ENTENDIMENTO DO STJ – DECISÃO MANTIDA – BEM EM GARANTIA ESSENCIAL À ATIVIDADE PRODUTIVA DA EMPRESA RECUPERANDA – PERMANÊNCIA NA POSSE DURANTE O PRAZO DE BLINDAGEM – DECISÃO MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO.

O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido de ‘admitir a prorrogação do prazo de que trata o artigo 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial), o qual determina a suspensão do curso da prescrição, bem como de todas as ações e execuções em face do devedor pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, consoante as peculiaridades do caso concreto e as diligências adotadas pela sociedade, a fim de cumprir o plano de recuperação por ela apresentado.’ (AgInt no AREsp 443.665/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 23/09/2016)

O credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, não se sujeita aos efeitos da recuperação judicial, a teor do art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/05. Todavia, constatado que o bem dado em garantia ao banco credor é essencial à atividade produtiva da empresa recuperanda, deve permanecer na sua posse durante o prazo de blindagem, que, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, pode ser prorrogado.

Sustenta o recorrente, violação aos arts. 6º, § 4º, e 49, § 3º, da Lei n. 11.101/2015, bem como dissídio jurisprudencial.

Aduz a extrapolação do *stay period* (prazo de blindagem) da recuperação judicial da recorrida, instalada em 06/09/2016 e não julgada até a data de interposição do recurso especial 27/02/2018. Assevera a inexistência de excepcionalidade a autorizar a prorrogação da suspensão de execuções e demais ações de credores contra a recorrida, de modo que, a dilatação do prazo de 180 dias, nestas circunstâncias, conferiu à suspensão caráter *ad eternum*.

A recorrida não apresentou contrarrazões ao recurso especial (fl. 264).

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 265/266).

Decido.

2. A irresignação não merece ser acolhida.

O Tribunal de origem registra a impossibilidade de retirada de bens móveis (caminhões) da empresa recuperanda, ora recorrida, pois estes possuem total identidade com sua atividade empresarial.

Além disso, a Corte Estadual destaca a necessidade de ser prorrogado o prazo de 180 dias, previsto no art. 6º, § 4º, da Lei n. 11.101./05, que determina a suspensão de todas as ações e execuções em face da devedora, tendo em vista que esta vem cumprindo as obrigações assumidas e não deu causa à demora na conclusão dos trabalhos inerentes à recuperação.

A propósito, colho o seguinte excerto do acórdão recorrido:

"(...) O banco Agravante defende que “não tendo o Agravante direito a voto na deliberação final dos credores arrolados na recuperação judicial proposta pela parte Agravada entende-se que a expansão do prazo de blindagem até o ato de deliberação final dos credores sobre o plano de recuperação e decisão judicial a respeito e a sujeição da parte Agravante ao referido ato se mostra contrária ao princípio da efetividade da tutela jurisdicional e da duração razoável do processo que deve nortear o presente feito.” (id. 996009; pág. 07) Nessa particular, a jurisprudência admite a prorrogação do prazo de blindagem, quando a empresa não der causa para a demora na conclusão dos trabalhos inerentes a recuperação.

O Superior Tribunal de Justiça já se pronunciou no sentido de “admitir a prorrogação do prazo de que trata o artigo 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial), o qual determina a suspensão do curso da prescrição, bem como de todas as ações e execuções em face do devedor pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, consoante as peculiaridades do caso concreto e as diligências adotadas pela sociedade, a fim de cumprir o plano de recuperação por ela apresentado.” (AgInt no AREsp 443.665/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 15/09/2016, DJe 23/09/2016) Este também é o entendimento deste Tribunal:

AGRAVO DE INSTRUMENTO – RECUPERAÇÃO JUDICIAL – PERÍODO – PRECEDENTES DO STJ DE BLINDAGEM – PRORROGAÇÃO – POSSIBILIDADE – DECISÃO MANTIDA – RECURSO DESPROVIDO. 1. É firme nesta Corte o entendimento de que o prazo previsto no § 4º do art. 6º da Lei nº 11.101/2005, pode ser prorrogado quando comprovada a sua necessidade para o sucesso da recuperação e não evidenciada a negligência da parte requerente” (STJ – 3ª Turma – AgRg no AREsp 639.746/MG – Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA – j. 18/06/2015 - DJe 06/08/2015). (AI 59904/2016, DES. JOÃO FERREIRA FILHO, PRIMEIRA CÂMARA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 23/05/2017, Publicado no DJE 26/05/2017) (destaquei)

Desse modo, tenho por escoreita a decisão, porquanto a efetivação do princípio da preservação da entidade empresarial, insculpido no art. 47 da Lei nº 11.101/05, exige uma interpretação sistemática dos arts. 6º, § 4º, e 49, § 3º, todos do mesmo diploma legal, devendo prevalecer aquele em relação a estes - quando não evidenciada a má-fé da empresa recuperand a - a fim de permitir a

manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

Por oportuno, transcrevo trecho do judicioso parecer ministerial:

“(…) Destarte, da análise dos autos, bem como, como bem ressaltado pelo juízo *a quo*, constata-se que a recuperanda, ora agravada, vêm cumprindo as obrigações e não deram causa ao retardamento do feito, sendo necessário considerar, ainda, a complexidade do processo e a quantidade de credores envolvidos, de modo que a decisão ora agravada merece ser mantida. (...)” (destaquei) (id. 1212361; pág. 6)

Assim, como inexistem nos autos elementos capazes de atribuir a Agravada a demora na conclusão dos trabalhos, a decisão do magistrado “a quo” que determinou a prorrogação do prazo de blindagem deve ser mantida.” (fls. 213/214) - g.n.

Portanto, a reforma do aresto, nestes aspectos, demanda inegável necessidade de reexame de matéria fático-probatória, providência inviável de ser adotada em sede de recurso especial, ante o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2.2 Além disso, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência desta Corte ao consignar que, de acordo com as peculiaridades do caso, é necessária a prorrogação do prazo de blindagem para não frustrar o plano de recuperação e efetivar o princípio da preservação da entidade empresarial.

Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AUTOS DE AGRAVO DE INSTRUMENTO NA ORIGEM - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO. INCONFORMISMO DA AGRAVANTE.

(...)

2. É assente a orientação jurisprudencial da Segunda Seção desta Corte no sentido de admitir a prorrogação do prazo de que trata o artigo 6º, § 4º, da Lei n. 11.101/2005 (Lei de Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial), o qual determina a suspensão do curso da prescrição, bem como de todas as ações e execuções em face do devedor pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, consoante as peculiaridades do caso concreto. Incidência do enunciado contido na Súmula 83/STJ.

3. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1356729/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 07/10/2019, DJe 11/10/2019) - g.n.

AGRAVO INTERNO EM CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. BEM OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA.

BEM ESSENCIAL AO CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRAZO DE SUSPENSÃO. CENTO E OITENTA DIAS. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO.

(...)

2. Ainda que se trate de créditos garantidos por alienação fiduciária, compete ao juízo da recuperação judicial decidir acerca da essencialidade de determinado bem para fins de aplicação da ressalva prevista no art. 49, § 3º, da Lei nº 11.101/2005, na parte que não admite a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais ao desenvolvimento da atividade empresarial (CC 121.207/BA, Segunda Seção, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe 13.3.2017).

3. A suspensão das ações individuais movidas contra a recuperanda pode exceder o prazo de 180 dias caso as instâncias ordinárias considerem que tal prorrogação é necessária para não frustrar o plano de recuperação.

4. Agravo não provido.

(AgInt no CC 159.480/MT, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 25/09/2019, DJe 30/09/2019)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE SUSPENSÃO DE AÇÕES E EXECUÇÕES JUDICIAIS (STAY PERIOD). ART. 6º, § 4º, DA LEI 11.101/2005. PRORROGAÇÃO LIMITADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM A 180 DIAS. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. ALEGAÇÃO DE FATO NOVO. SUBMISSÃO ÀS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Nos termos da jurisprudência desta Corte, o prazo de suspensão das ações e execuções na recuperação judicial, previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005, pode ser prorrogado "caso as instâncias ordinárias considerem que tal prorrogação é necessária para não frustrar o plano de recuperação" (AgInt no REsp 1.717.939/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 06/09/2018).

2. No caso, o Tribunal de origem, ao deferir a prorrogação do prazo legal de suspensão do *stay period*, entendeu, à luz das circunstâncias da causa, por limitá-la a 180 dias, ressaltando, no entanto, a possibilidade "de se postular nova prorrogação na origem, se preenchidos os requisitos para tal".

3. Rever as premissas fáticas que ensejaram tal entendimento exigiria a reapreciação do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, por força do óbice contido na Súmula 7/STJ.

4. A existência de eventual fato novo relevante a ensejar nova prorrogação do prazo legal deve ser submetida ao Juízo de origem, sob pena de supressão de instância.

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1809590/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA

TURMA, julgado em 19/09/2019, DJe 09/10/2019) - g.n.

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO. PRAZO. PRORROGAÇÃO. POSSIBILIDADE.

(...)

2. A jurisprudência desta Corte entende que a suspensão das ações individuais movidas contra empresa em recuperação judicial pode extrapolar o prazo de 180 (cento e oitenta) dias caso as instâncias ordinárias considerem que tal prorrogação é necessária para não frustrar o plano de recuperação.

3. A suspensão da execução pode ocorrer no caso de falência (artigo 6º da Lei nº 11.101/2005).

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no REsp 1717939/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/08/2018, DJe 06/09/2018)

Incide o veto da Súmula 83/STJ.

3. Outrossim, conhecimento do recurso fundado na alínea “c” do permissivo constitucional pressupõe a demonstração analítica da alegada divergência. Para tanto, faz-se necessário **a transcrição dos trechos que configurem o dissenso**, com a indicação das circunstâncias que identifiquem os casos confrontados. (Nesse sentido: REsp 441.800/CE, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, DJ 2.8.04).

No caso em tela, a parte agravante traz à colação julgado paradigma, contudo não procede ao cotejo deste, **trecho a trecho**, com o caso dos autos, tampouco expõe a divergência na conclusão jurídica adotada nas teses em confronto. Na verdade, apenas traça uma conclusão conveniente mediante a elaboração de um quadro comparativo, sem contrapor as passagens indispensáveis das conclusões adotadas em cada caso, de modo que não é possível aferir a similitude fática entre o julgado paradigma e o do caso em julgamento.

A falta de cotejo analítico, impede o acolhimento do apelo, pois não foram demonstradas em quais circunstâncias o caso confrontado e os arestos paradigmas aplicaram diversamente o direito, sobre a mesma situação fática.

Importante salientar que a análise do apelo especial fundado em alegado dissídio jurisprudencial deve ser demonstrado nos moldes exigidos pelos artigos 1.029, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015 e 255, § 2º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, o que, neste caso, não ocorreu.

4. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 08 de novembro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator